

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)  
FRANCISCO RANGLER PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1895-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)  
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISTIANI MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIZ CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARILANA UEMURA SAMPAIO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SÉRGIO MALSUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## Golpista até o fim

estadaodigital#wsmuniz30@gmail.com



**Depoimentos dos ex-chefes do Exército e da Aeronáutica à PF não dão margem a dúvidas: Brasil esteve à beira da ruptura nas mãos de um liberticida incorrigível. Que isso não saia barato**

O Brasil esteve à beira de um golpe de Estado nos estertores do governo de Jair Bolsonaro. Já não se trata mais de uma conjectura ou de um mero exagero retórico. Um golpe para impedir a posse de Lula da Silva como presidente da República legitimamente eleito foi uma possibilidade real, como ficou claro a partir dos depoimentos dos ex-comandantes do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, e da Aeronáutica, brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior, prestados à Polícia Federal (PF) no início de

março.

A julgar pelo que disseram os ex-comandantes, a ruptura do regime democrático foi tramada por Bolsonaro sem recurso a meias palavras. De forma direta, o ex-presidente considerou empregar meios violentos para fazer letra morta da Constituição e se afeitar ao poder. É assim, como uma trama concreta, que a tentativa de golpe deve ser tratada pelas autoridades incumbidas de investigar, processar e julgar Bolsonaro e todos os sediciosos que a ele se associaram – até as últimas consequências.

São estarrecedoras as revelações

dos militares, trazidas a público agora que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes decidiu retirar o sigilo das investigações. Aos policiais, Freire Gomes afirmou que Bolsonaro convocou reuniões no Palácio da Alvorada com a cúpula das Forças Armadas após a derrota no segundo turno para apresentar aos comandantes “hipóteses de utilização de institutos jurídicos como GLO (*Garantia da Lei e da Ordem*) e estados de defesa e sítio em relação ao processo eleitoral”.

Baptista Júnior, por sua vez, relatou à PF que, diante da insistência de Bolsonaro em encontrar meios para subverter a ordem democrática, por pura irrisignação com o resultado da eleição, o então comandante do Exército chegou a ameaçá-lo de prisão. “O general Freire Gomes afirmou que, caso (*Bolsonaro*) tentasse tal ato, teria de prender o presidente da República”, disse o brigadeiro, que, assim como Freire Gomes, foi ouvido pela PF na condição de testemunha.

Para além do fato de terem chegado ao topo da carreira em suas respectivas Forças, Freire Gomes e Baptista Júnior estiveram no centro nevrálgico da conspiração bolsonarista. Dessa posição de destaque, o general e o brigadeiro foram determinantes para o fracasso do golpe, independentemente das razões que os tenham motivado a agir como agiram. Agora, como testemunhas, têm servido ao País para elucidar a anatomia do golpe urdido. Por isso o peso de suas palavras.

Que Bolsonaro é um ressentido com a democracia e um golpista de marca

maior, já era fato público e notório desde muito antes de ele cogitar concorrer à Presidência da República. Seus quatro anos de mandato como chefe de Estado e de governo só deixaram claro para um público mais amplo a sua índole liberticida. A natureza golpista de Bolsonaro, no entanto, não diminui a importância das revelações feitas por seus ex-comandantes militares – ao contrário.

Também em depoimento à PF, o presidente do PL, o notório Valdemar Costa Neto, revelou as pressões que teria sofrido de Bolsonaro para que o partido bancasse com dinheiro público um relatório fajuto lançando suspeitas contra o sistema eleitoral. Fica claro, assim, que Bolsonaro procurou se cercar de meios políticos e militares para levar a cabo a intenciona.

Inconformado com a derrota eleitoral, Bolsonaro se moveu para pôr tropas armadas nas ruas a fim de sustentá-lo no cargo, sob a falsa justificativa de que a eleição não teria sido limpa. Tramou prender autoridades políticas e judiciárias. Por óbvio, teria lançado suas garras também sobre a imprensa profissional e independente. No limite, Bolsonaro assumiu o risco de derramar o sangue de concidadãos em nome de um projeto pessoal de poder. Um doidivanas, assim como os fardados que anuíram com essa loucura.

Eis a dimensão da sordidez. Ao tempo que fazia chegar ao País a informação de que estaria “deprimido” por não ter sido reeleito, Bolsonaro, na verdade, estava maquinando o fim da democracia, cuja reconquista tanto custou aos brasileiros. Que isso não saia barato. ●

## A acomodação de Lula com os militares

**O presidente acerta ao tentar evitar que o aniversário do golpe de 1964 se converta em ato de governo. A conciliação é exigência da governabilidade após o difícil período de desconfiança**

O presidente Lula da Silva determinou a seus ministros e a todo o governo que, neste mês de março, não realizem atos, solenidades e discursos nem produzam material em memória dos 60 anos do golpe militar. Apesar das críticas que vem recebendo de organizações de direitos humanos e familiares de vítimas da ditadura, Lula age corretamente ao escapar da tentação de transformar a data em ato de governo. As circunstâncias lhe exigem prudência, conciliação e apaziguamento – atributos que, ressalte-se, deveriam se verificar em outros temas que chegam à agenda presidencial.

Felizmente, certos delírios lulopetistas foram substituídos, neste caso, pela maturidade. Governos não são eleitos para instigar desavenças. Chefes de Es-

tado não devem espalhar brasas onde já existe fogo e tensão. Num país cindido pela polarização, a preservação do equilíbrio entre grupos e instituições é fundamental para a democracia. É o que está em jogo. Isso é ainda mais verdadeiro diante da frágil estabilidade entre o governo lulopetista e os militares, aguçada pelo 8 de Janeiro e a investigação sobre o possível envolvimento de integrantes das Forças Armadas na aventura golpista que cogitou impedir a posse de Lula e estender o mandato de Jair Bolsonaro.

Lula e o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, vêm acertadamente buscando promover uma acomodação, depois de um período de desconfiança total. A decisão sobre a data de aniversário do golpe e a recente declaração do presidente de que não vai “remoer o pas-

sado” e tentará “tocar este país para frente” são dois sinais de uma mesma estratégia. É um imperativo da governabilidade num contexto de feridas à espera de cicatrização, e também uma forma de prestigiar o atual comando militar, também artífice da pacificação. Trata-se de uma via de mão dupla: tudo indica que, diferentemente de anos anteriores, militares não celebrarão o “movimento de 1964” com a chamada “ordem do dia” lembrando o 31 de março. Os tempos são outros. Há momentos em que é preciso afirmar que o passado passou.

A estratégia será bem-sucedida se também for capaz de evitar que militares voltem a interferir na política doméstica. Não lhes cabe enxergar-se como um poder moderador da República, como chegaram a defender alguns setores da extrema direita, numa singular interpretação do artigo 142 da Constituição Federal. Como já sublinhamos neste espaço, o texto da Constituição não autoriza essa leitura, ficando as Forças Armadas submetidas ao poder civil, e não o contrário.

Houve, porém, quem definiu o gesto do governo como uma evidência de que a democracia e a Constituição estão se curvando às Armas. São duas agendas distintas: de um lado, um princípio elementar de sustentação do equilíbrio democrático; de outro, a necessidade de reconhecimento das violações

aos direitos humanos e da memória das vítimas da ditadura. Conciliação não é esquecimento, assim como memória, verdade e justiça não significam revanchismo. Essa dupla premissa, basilar num país que enfrentou uma ditadura, justifica, por exemplo, a necessidade de reabertura da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

Extinta no final do governo de Jair Bolsonaro, notório admirador de alguns dos mais cruéis agentes da ditadura, a CEMDP está prevista na Constituição e foi criada logo no primeiro ano de governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. O objetivo era dar reconhecimento oficial a pessoas que morreram ou desapareceram pela sua atuação política durante a ditadura militar, incluindo a emissão de atestados de óbito para parentes das vítimas, a localização de corpos e a possibilidade de reparação por meio de indenizações. A reabertura da comissão é um dever do presidente Lula, na prerrogativa do governo de abrir caminho para a responsabilização do Estado pela contumaz violação de direitos humanos cometida por seus agentes durante o regime militar.

Apesar de as circunstâncias não serem simples para a reabertura da comissão, convém não esquecê-la. São duas agendas distintas, mas conciliáveis – um compromisso mútuo de transigência em favor da democracia. ●